

PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA: UMA PROPOSIÇÃO ARTICULADA AO "COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA"

Marlize Dressler¹

Fernanda Figueira Marquezan²

RESUMO

De modo geral, a garantia de qualidade e equidade da educação, sobretudo, no contexto da Educação Básica da rede pública brasileira, ainda despontam nas demandas das políticas educacionais. Com base nisso, salienta-se a consolidação da alfabetização de crianças no 2º ano, cuja referência tem-se a política “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, criada pelo Governo Federal, em 2023, e materializada mediante adesão de entes federados, municípios e Distrito Federal. A partir dessa proposta, visa-se apresentar as contribuições da Psicopedagogia Institucional na escola pública, pois, reconhece-se a relevância do psicopedagogo na identificação e intervenção precoce das dificuldades e dos problemas de aprendizagem, como também, das potencialidades das aprendizagens consolidadas pelos estudantes. À luz das concepções e das potencialidades da Psicopedagogia Institucional e da importância do psicopedagogo na escola pública, expõe-se uma proposição que converge nas diretrizes e perspectivas dessa política pública, com ênfase nessa fase de escolarização. Para tanto, o percurso teórico metodológico tem como pilares as pesquisas documental e bibliográfica, de abordagem qualitativa para a produção e análise dos dados. O estudo indica a necessidade de fortalecimento das ações da escola pública em prol da consolidação da alfabetização de crianças do 2º ano, de maneira equitativa e qualificada, sendo imprescindível a Psicopedagogia Institucional.

Palavras-chave: Psicopedagogia Institucional, psicopedagogo, alfabetização, escola pública.

INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia Institucional consiste em abordagem centrada nas relações de aprendizagem entre os sujeitos, as quais transcorrem em diferentes contextos, tais como: escolas, empresas, hospitais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e núcleos familiares. Trata-se, portanto, de um modo de intervenção distinto da abordagem clínica, todavia, ambas se interrelacionam e são co dependentes, haja vista que a psicopedagogia institucional assim se constituiu a partir de demandas subjetivas identificadas mediante “[...] postura de escuta” (Lelis, 2008, p. 190). Isso significa dizer que,

Ao procederem à intervenção psicopedagógica no consultório, os psicopedagogos começaram a se deparar com uma série de questões que transcendiam o espaço da clínica e que apontavam a necessidade de se compreenderem as instituições nas quais os processos de aprendizagem se desenvolvem (ou deveriam desenvolver-se sem obstáculos) de forma direta ou indireta [...] o que delineou uma nova área de pesquisa e atuação com enfoques preventivo e terapêutico (Grassi, 2021, p. 128).

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Pós-Graduada no Curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional da Universidade Franciscana – UFN, marlizedressler2602@gmail.com;

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora Adjunta da Universidade Franciscana – UFN. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens e do Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Universidade Franciscana, RS, fernandamarquezan@ufn.edu.

Esse processo de formação e consolidação da psicopedagogia institucional evidencia a relevância da área de conhecimento da Psicopedagogia, sendo por isso, um campo de estudo específico, “[...] de caráter interdisciplinar, que se ocupa em estudar as relações de aprendizagem” (Eidelwein; Santos, 2010, p. 30). E, conforme essa perspectiva, o sujeito é entendido em sua totalidade, ou seja, historicamente, o ser humano criou “[...] uma realidade humanizada tanto objetiva como subjetivamente. Ao se apropriar da natureza, transformando-a para satisfazer suas necessidades, objetiva-se nessa transformação” (Duarte, 2008, p. 25).

Nessa relação com a natureza e seus pares, a espécie humana (re)produziu e assim continua reproduzindo sua existência e o conhecimento e, nesse movimento dialético, “[...] educam-se e geram conhecimentos na relação com a natureza e com os demais” (Frigotto; Ciavatta; Caldart, 2020, p.27). Com base nessas argumentações marxistas, propõe-se problematizar a política educacional “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023), instituída pelo Ministério da Educação (MEC), via Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023³ e, materializada mediante adesão da União, dos estados e municípios. E, segundo consta neste documento, os dados recentes mostram que,

Em 2021, 2,8 milhões de crianças concluíram o 2º ano do ensino fundamental. Dados do Inep revelam que 56,4% dos alunos foram considerados não alfabetizados no Saeb 2021. São crianças que ainda não iniciaram uma jornada autônoma no mundo da leitura e da escrita. O Brasil ficou à frente de apenas cinco países em avaliação internacional de alfabetização aplicada em 65 nações (PIRLS 2023) (Brasil, 2013, p.6).

Esses índices e demais apontamentos pós-pandemia de Covid-19⁴, colocam em relevo a necessidade de enfrentamento, compromisso e adoção urgente de ações contínuas e permanentes, de maneira que a garantia de aprendizagem com qualidade e equidade seja efetivamente garantida. Para tanto, compete aos gestores públicos das esferas municipal, estadual e federal a superação dos entraves, tais como:

Grande parte dos municípios (responsáveis diretos pela alfabetização) enfrenta desafios técnicos e orçamentários. Governos estaduais nem sempre se veem no papel de garantir o direito à alfabetização. MEC, até então, tem falhado no seu papel de indução, coordenação, assistência técnica e financeira (Brasil, 2023, p. 4).

De modo geral, os dados apresentados no documento supracitado, como também, a falta de prioridade e engajamento político com vistas às mudanças no âmbito da alfabetização de

³Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.556-de-12-de-junho-de-2023-489126833>. Acesso em: 13 set. 2025.

⁴ Segundo o site do Ministério da Saúde, “[...] é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global”. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19>. Acesso em: 10 out. 2025.

crianças brasileiras, fazem de uma realidade historicamente construída e consolidada, em que as desigualdades regionais e educacionais continuam em pautas de parte da sociedade civil organizada. Frente a isso, entende-se imprescindível a articulação das áreas de conhecimento da Psicopedagogia e Pedagogia, mediante a instucionalização do trabalho do psicopeagogo no contexto escolar de Educação Básica, primordialmente na etapa inicial do processo de alfabetização e letramento. A identificação e a intervenção precoce de possíveis dificuldades e transtornos de aprendizagem são fundamentais à garantia da qualidade e equidade desde o início da escolarização de crianças, sobremaneira, em escolas localizadas em áreas e regiões desassistidas pelo Estado.

Para além de investimentos financeiros, formação de professores, assessoria técnica, dentre outras iniciativas, parte significativa de escolas públicas brasileiras necessitam de suporte psicopedagógico, haja vista que, “Na atualidade, existem vários fatores que afetam a aprendizagem dos alunos, desde metodologias sem significação, família sem o compromisso efetivo de salvaguardar a aprendizagem dos estudantes [...]” (Florêncio, *et al*, 2023, p. 153). Além desses desafios, o mesmo estudo aponta “[...] a presença de aspectos emocionais conflitantes entre o despreparo e o preconceito de famílias e corpo docente” (Florêncio, *et al*, 2023, p. 153).

Tais implicações reiteram a importância da psicopedagogia institucional escolar, pois, esta abordagem da Psicopedagogia “[...] colabora com os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e também com as discussões sobre o processo de aprendizagem da leitura e da escrita, especialmente na elucidação e na minimização dos problemas que atingem as crianças na alfabetização” (Claro, 2023, p. 24). Portanto, entende-se que se faz necessária a articulação entre a psicopedagogia institucional e a política educacional “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023), sobre a qual se discorre, posteriormente, após a apresentação dos objetivos e do percurso teórico-metodológico de produção e análise dos dados.

Conforme anunciado, o objetivo geral deste estudo consistiu em analisar, à luz da Psicopedagogia Institucional, as potencialidades e os limites da política educacional, “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”. E, nessa direção, propôs-se os seguintes objetivos específicos: conhecer e compreender os fundamentos e a dinâmica de operacionalização dessa política em questão; argumentar acerca da relevância da psicopedagogia institucional em escola pública de Educação Básica, na fase inicial do processo de alfabetização e letramento; entender as especificidades do trabalho do psicopedagogo nesse contexto educacional e do professor, a partir do conceito de trabalho pedagógico e, por fim,

reconhecer a atuação do psicopedagogo institucional como mediador dos processos de aprendizagem dos estudantes.

Em consonância aos objetivos estabelecidos, justifica-se este estudo pela necessidade de análise, problematização e elaboração de proposições à política educacional “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”(Brasil, 2023), tendo como fundamento basilar a Psicopedagogia, com foco na abordagem institucional escolar. Esse direcionamento visa interpelar em prol da aprendizagem de todas as crianças em processo de alfabetização e letramento, pois, conforme Paim (1985, p. 25), “[...] existem dois tipos de condições para a aprendizagem: as externas, que definem o campo do estímulo, e as internas que definem o sujeito”. E esses aspectos precisam ser considerados na análise dos resultados das avaliações em que preponderam os aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos e, ainda, desconsideram a realidade de (re)produção da existência de crianças e suas famílias.

Percurso teórico-metodológico de produção e análise dos dados

Para o processo de produção e análise dos dados definiu-se o Materialismo Histórico Dialético (MHD), concebido como método de investigação e análise da realidade e basilar à compreensão dos fenômenos e suas contradições.

Nas palavras de Martins e Lavoura (2018, p. 224), o MHD é o “[...] método de conhecimento da realidade concreta sistematizado por K. Marx e F. Engels, cujas bases e elementos centrais são resultantes de um longo e rigoroso processo de investigação [...]”. Nesse sentido, destaca-se a premissa de Marx (2008, p. 49), a saber: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”. E, a educação, entendida como “[...] um campo bastante amplo e caracteriza-se por sua relação intrínseca com os demais campos da vida humana: o social e, por isso, cultural, o econômico, o político. Como tal, apresenta-se suscetível a quaisquer movimentos no social” (Ferreira, 2017, p. 19). Sendo assim, a política educacional “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023), evidenciou as contradições da sociedade brasileira, na qual, as desigualdades regionais e educacionais persistem.

Mediante a análise documental (Ciavatta, 2015) do Decreto nº 11.556 de 12 de junho de 2023 (Brasil, 2023) e, intrínseca à luz do MHD, problematizou-se as concepções e ideais defendidos pelos mentores desta política educacional em questão e, assim, elaborou-se uma proposição à alfabetização de crianças com base nos critérios de qualidade e equidade, alicerçados nas perspectivas da Psicopedagogia, com foco na abordagem institucional. Deste modo, entende-se necessária a institucionalização desta área de conhecimento no contexto escolar, sobretudo, na etapa inicial de alfabetização e letramento, tendo em vista que a

identificação e intervenção precoce de possíveis dificuldades e transtornos de aprendizagem são imprescindíveis.

Por se tratar de um espaço e tempo permeado de contradições, em que convivem diferentes sujeitos com interesses, desejos e expectativas também distintas, nem sempre o processo de ensino e aprendizagem na escola transcorre de maneira equitativa e qualificada. Por isso, os objetivos, a operacionalização e os resultados almejados pelos idealizadores da política educacional “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023) poderão sofrer reveses e distanciarem-se das perspectivas inicialmente visadas. Tais hipóteses foram produzidas a partir desse percurso teórico-metodológico, em que a análise documental (Ciavatta, 2015) e a pesquisa bibliográfica de autores do campo educacional e da área de conhecimento da Psicopedagogia fundamentaram a proposição articulada ao “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023), sobre a qual se discorre na sequência.

Possibilidades e limites do “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” à luz da psicopedagogia institucional

Conforme exposto anteriormente, os baixos índices de aprendizagem de crianças brasileiras no quesito alfabetização demandaram novas ações do Ministério da Educação (MEC), articuladas com entes públicos e privados e gestores da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios. Essa iniciativa constitui-se política educacional explicitada no Decreto nº 11.556/2023 (Brasil, 2023), denominada “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” e assim definida: “Compromisso baseado na colaboração entre os entes federativos para garantir a alfabetização de todas as crianças do Brasil até o final do 2º ano do ensino fundamental, além de recuperar aprendizagens de alunos do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia”⁵. E, segundo este Decreto, no Artigo 1º apresenta a finalidade de “[...] garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas (Brasil, 2023).

Dentre as atribuições do MEC o mesmo documento, no Artigo 2º, estabelece que “Compete ao Ministério da Educação a coordenação estratégica das políticas, dos programas e das ações decorrentes do Compromisso” (Brasil, 2023). Por fim, cabe explicitar os objetivos do “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, expostos no Artigo 5º deste Decreto.

I - implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental; e II - promover medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas

⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada>. Acesso em: 13 set. 2025.



na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental (Brasil, 2023).

Inegavelmente, reconhece-se a relevância da política educacional “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023) e entende-se a escola como instituição incumbida em “[...] viabilizar o ensino e a aprendizagem” (Grassi, 2021, p. 132) dos sujeitos. Todavia, adverte a mesma autora, “Pessoas diversas – desejantes ou não, aprendentes e ensinantes – transitam no interior da escola, entram e saem, aprendem e ensinam, porém também podem não ensinar e não aprender” (Grassi, 2021, p. 132). Nesse sentido, considera-se a psicopedagogia institucional escolar fundamental à materialidade dos objetivos definidos no documento em questão, pois, o psicopedagogo “[...] está preparado como o especialista em aprendizagem para acompanhar a equipe pedagógica na adequação de programas, projetos, bem como atender às questões relacionais envolvidas no contexto escolar”(Rubinstein, 2017, p. 312).

A mediação e intervenção do psicopedagogo em sincronia com o professor, são basilares no processo de implementação e desenvolvimento da política educacional “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023). A necessária articulação entre esses profissionais tem como fundamento a compressão das especificidades do trabalho psicopedagógico e do trabalho pedagógico (Ferreira, 2017) do professor.

No que tange ao trabalho do professor, “[...] é sempre pedagógico [...]” (Ferreira, 2017, p. 29). E, coletivamente, esses profissionais “[...] agem em situações interativas, nas quais aplicam suas racionalidades, tanto instrumentais quanto comunicativas, a fim de, como um dos sujeitos nessa relação, produzir conhecimentos, em conjunto com outros sujeitos” (Ferreira, 2017, p. 31). Portanto, “O ‘professor tem a chave’ na sala de aula, ‘o psicopedagogo tem a chave’ para que a instituição Escola possa lidar melhor com a complexidade das questões envolvidas na rede composta pelos agentes envolvidos dentro e fora dos muros da instituição”(Rubinstein, 2017, p. 312).

Diante do exposto, compete aos gestores dos sistemas públicos de ensino da Educação Básica, o suporte financeiro e estrutural, bem como, ações voltadas às condições físicas, didáticas, pedagógicas e, por fim, a institucionalização da psicopedagogia escolar.

Resultados e discussão

De modo geral, as políticas educacionais brasileiras potencializam a projeção de “[...] melhoria da educação, por meio da ação dos professores, que, para tanto, devem ser capacitados e sensibilizados” (Caldas, 2016, p. 178). E, sob esse ponto de vista, esses profissionais da

educação são considerados meros agentes “[...] da reprodução do Estado e, [...]”, capazes de mudarem suas práticas “[...] por meio da autorreflexão e da capacidade de mudar” (Caldas, 2016, p. 178). Essas reflexões reiteram as fragilidades e os limites do “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (2023), pois, em grande medida, desconsidera os fatores internos e externos que implicam no processo de ensino e aprendizagem no âmbito da alfabetização e letramento de crianças em um contexto histórico-social contraditório, cujo critério de análise se orienta nas desigualdades em seus diversos aspectos, com destaque à educação pública na etapa inicial da Educação Básica.

Com este estudo, evidenciou-se as potencialidades e os limites desta política educacional e indicou-se a necessidade de institucionalização da Psicopedagogia, cujo profissional da área tem condições de identificar e intervir nas questões de aprendizagem de crianças em processo de alfabetização e letramento. A partir da articulação com o professor, as defasagens na aprendizagem da leitura e escrita podem ser sanadas e, com isso, esses sujeitos realizam o processo inverso, ou seja, potencializam a aprendizagem. Assim, para além de medidas paliativas, baseadas na meritocracia e na formação de professores segundo modelos baseados na reprodução de conceitos e concepções desprovidas de conhecimento teórico e reflexão crítica, urge a implementação efetiva de estratégias condizentes às realidades das instituições de ensino, segundo suas necessidades infraestruturais, didáticas, pedagógicas e profissionais habilitados e qualificados, em destaque, psicopedagogos e professores alfabetizadores.

Historicamente, as políticas educacionais no Brasil têm sido de curto prazo, descontínuas e interrompidas por questões político-partidárias, desprovidas em sua essência das concepções de caráter público e de Estado e disputadas por agentes privados. Nessa lógica predomina a visão mercadológica e, conseqüentemente, o país permanece com índices inferiores no quesito alfabetização, tal como comprovou-se pelo documento “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada” (Brasil, 2023). Desse modo, faz-se necessária a continuidade deste estudo, a partir dessa política pública com a análise dos resultados do SAE, desde o seu início, com vistas à materialidade da proposição apresentada acerca da psicopedagogia institucional, sendo o eixo central a identificação de continuidade e ou superação das defasagens no âmbito da alfabetização e letramento de crianças de escolas públicas.

Considerações finais

A Psicopedagogia é uma área de conhecimento ainda pouco conhecida em sua especificidade e importância ao campo educacional. No caso do Brasil, o movimento de

construção e consolidação do termo “Psicopedagogia”, “[...] que nomeia o campo de ação de uma categoria profissional, não surgiu repentinamente” (Rubinstein, 2017, p. 316). Da articulação dos psicopedagogos que questionavam acerca do “[...] perfil profissional [...] e da necessidade de definição de suas funções que começam a aparecer nas primeiras turmas do Instituto Sedes *Sapientiae* [...]” (Scoz; Mendes, 1987)⁶, surgiu, em “[...] em 12 de novembro de 1980 [...]” (Claro, 2023, p. 17), “[...] a Associação Estadual de Psicopedagogos de São Paulo e posteriormente a Associação Brasileira de Psicopedagogia” (Rubinstein, 2017, p. 314).

A proposta protanizada por Sara Paim, psicopedagoga argentina inspirou e orientou os psicopedagogos brasileiros na criação desta entidade profissional, cujas motivações visavam elaborar o perfil profissional do psicopedagogo [...]” e, também, subsidiar “[...] a formação destes profissionais” (Almeida; Noffs, 2020, p. 186).

Essa sucinta exposição acerca do processo histórico de constituição da Psicopedagogia no contexto brasileiro como “[...] área de conhecimento [...]” (Rubinstein, 2017, p. 311) reitera a importância do trabalho do psicopedagogo em diferentes instâncias, sobretudo no contexto escolar, conforme preconiza a abordagem institucional. Trata-se, então, de uma

[...]área de estudo que se preocupa em investigar como o sujeito constrói seu conhecimento. Ela busca identificar as dificuldades de aprendizagem para intervir de modo preventivo, bem como propor estratégias e ferramentas que auxiliem no aprendizado (Claro, 2023, p.18).

Diante da complexidade dos desafios vigentes no campo educacional, principalmente, no âmbito da alfabetização de crianças de escola pública, a institucionalização da psicopedagogia escolar torna-se imprescindível. Pelo Decreto nº 11.556/2023 (Brasil, 2023), o MEC instituiu o “Compromisso Nacional Criança Alfabetizada”, sendo a adesão voluntária por parte dos gestores das esferas municipais, estaduais, da União e do Distrito Federal. Visto sob esse prisma, reconhece-se significativo avanço em prol da aprendizagem de todas as crianças em processo de alfabetização e letramento, porém, o estudo evidenciou os limites teóricos e operacionais da política educacional em pauta.

Em relação aos limites desta política pública, destacam-se os seguintes aspectos: o caráter meritocrático, a incerteza em relação à disponibilidade de recursos financeiros, os quais, precisam ser previstos nos orçamentos públicos, como também, a ausência de rede de apoio às escolas com maiores defasagens na alfabetização.

Referências

⁶ Disponível em: <https://www.abpp.com.br/a-historia-da-associacao-brasileira-de-psicopedagogia/>. Acesso em: 20 out. 2025.



ALMEIDA, L. de B.; NOFFS, N. A formação e regulamentação da atividade profissional do psicopedagogo. *In: Psicopedagogia do ontem ao amanhã: avanços e perspectivas*. BARONE, L. M. C. *et al.* Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020. p.185-198.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada>. Acesso em: 13 set. 2025.

_____. Imprensa Nacional. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.556-de-12-de-junho-de-2023-489126833>. Acesso em: 13 set. 2025.

_____. Ministério da Saúde. **Covid-19**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19>. Acesso em: 10 out.2025.

CIAVATTA, M. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento**: a historicidade da Educação Profissional. Rio de Janeiro: RJ, 2015.

CALDAS, A. do R. Profissionais da educação: entre o encantamento da resistência individual e o sofrimento do trabalho. *In: SOUZA, A. R.; GOUVEIA, A. B. TAVARES, T. M. (Orgs.). Políticas educacionais: conceitos e debates*. Curitiba: Appris, 2016, p. 169-187.

CLARO, G. R. **Fundamentos de Psicopedagogia**. [Livro eletrônico]. Curitiba: Editora InterSaberes, 2023. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/213830/pdf/130?code=ERlNmLdNEXe0mGkRh/rLs3+jayJXq7swa+JGV4Gc/PiYjwvAjcszuQFJkecVaOmIsAmwSmB0VYztYU/5CzdpA>. Acesso em: 25 out.2025.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas: SP: Autores Associados, 2008.

EIDELWEIN, M. P.; SANTOS, S. M. dos. Psicopedagogia no âmbito institucional no contexto universitário: contribuições na formação de professores. **Revista Práxis**, v. 1, jan./jun., 2010, p. 29-36. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=525552622005>. Acesso em: 20 out.2025.

FERREIRA, L. S. **Trabalho pedagógico na escola**: sujeitos, tempo e conhecimentos. Curitiba: CRV, 2017.

FLORÊNCIO, R. R. *Et al.* Psicopedagogo institucional: reflexões acerca da atuação e os desafios que enfrenta. *Id on Line*. **Revista de Psicologia**, v. 17, n. 67, p. 153-166, jul.2023. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3797>. Acesso em: 20 out. 2025.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; CALDART, R.S. (Orgs.). **História, natureza, trabalho e educação**: Karl Marx, Friedrich Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GRASSI, T. M. **Intervenção psicopedagógica institucional**: espaços e contextos. [Livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186965/pdf/127?code=OlwXFDDGC4Ft>

hQsEpD/djijlKm/ruobXTDm1KAbfhpf+pYAD+/CcnKNF4PeLiupJAAt6VvWkaVvRS8AUZy1bZw. Acesso em: 16 out. 2025.

LELIS, M. T.C. Cruzando as fronteiras da história da Psicopedagogia: uma entrevista com Alicia Fernández. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, v. 25, n. 78, 2008, p. 186-197. Disponível em: <https://revistapsicopedagogia.com.br/revista/article/view/746/765>. Acesso em: 25 out. 2025.

MARTINS, L.M.; LAVOURA, T.N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/75VNGFj5PH5gy3VsPNp3L6t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAIM, S. **Diagnóstico e tratamentos dos problemas de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 1985.

RUBINSTEIN, E. Psicopedagogia, Psicopedagogo e a construção de sua identidade. **Revista Psicopedagogia**. 2017, p. 310-319. Disponível em: <https://www.revistapsicopedagogia.com.br/Content/pdf/v34n105a08.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

SCOZ, B. L.; Mendes, M. H. A Psicopedagogia no Brasil: evolução histórica. Excertos **Boletim ABPP**, ano 5, n.13, jun.1987, p. 19-22. Disponível em: <https://www.abpp.com.br/a-historia-da-associacao-brasileira-de-psicopedagogia/>. Acesso em: 20 out. 2025.